

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 089

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 07: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 01: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati..

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
27 DE JUNHO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Chico Noroeste e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1279-B

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após

ouvido o douto Plenário a inclusão da Emenda ao Projeto de Lei nº 091/2000, de suas autorias, na pauta da convocação de transformação do Plenário em Comissão Geral, marcada para o próximo dia 28 de junho do corrente ano.

Justificam a solicitação na necessidade urgente de aprovação do projeto em apreço que visa “autorizar o Poder Executivo a realizar a demarcação topográfica e posterior regularização dos imóveis rurais na faixa de fronteira.”

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI
ADEMAR TRAIANO

Apoioamento:

Renato Gaucho, Luiz Carlos Martins, José Maria Ferreira, Beto Richa, Antonio Carlos Belinati, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Luiz Accorsi, Ademir Bier, Algaci Tulio, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Orlando Pessuti, Elio Rusch e Fernando Ribas Carli.

REQUERIMENTO Nº 1279-A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária de amanhã, dia 28 de junho de 2000, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 116/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 010/2000, que substituiu a Mensagem nº 008/2000 e que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná, para o exercício de 2001.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Fernando Ribas Carli, Plauto Miró Guimarães, Miltinho Puppio, Beto Richa, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Chico Noroeste, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Antonio Carlos Belinati, Renato Gaucho, Serafina Carrilho, Luiz Accorsi, Divanir Braz Palma, Beraldin e uma ilegível.

REQUERIMENTO Nº 1264

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Valdecir Custódio de Araujo, falecido no último dia 20 de junho no município de São Tomé.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1267

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de mensagem de profundo pesar, à sen-

hora Monica Dalfovo pelo falecimento do vereador João Ricardo Dalfovo, do município de Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A família Dalfovo e toda a comunidade de Quedas do Iguaçu, perderam um dos seus membros, que tanto as dignificava. Tratava-se de um homem de bem, trabalhador e com grande interesse pelas coisas da comunidade. Infelizmente o falecimento prematuro do vereador, amigo e companheiro doutor João, como era chamado, abriu uma lacuna enorme, que dificilmente será preenchida.

Pessoa bem relacionada, com disposição para viver em comunidade, era bem quisto por todos. Nunca se furtou em colaborar. Participava ativamente das lutas do seu município. E por pertencer a uma família tradicional, que tem presença marcante não só em Quedas do Iguaçu como também nas cidades circunvizinhas, o seu passamento enlutou toda a região.

Essa Assembléia Legislativa, através deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1256

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos à Sociedade Evangélica Paranaense, mantenedora do Hospital e da Faculdade Evangélica, pela passagem do seu 57º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao doutor André Zacharow, presidente da Sociedade Evangélica Paranaense, para que aceite e transmita a todos os componentes da diretoria e colaboradores, as homenagens da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A sociedade Evangélica Paranaense, está completando 57 anos de sua fundação.

Não há palavras que traduzam a alegria e satisfação neste momento feliz, em que festejamos os 57 anos de fundação da Sociedade Evangélica Paranaense, mantenedora do Hospital e da Faculdade Evangélica.

É indeclinável dever, honrar, aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes quanto mais, quando se trata desde os seus fundadores até os atuais diretores da Sociedade Evangélica, que, por seus esforços, tudo fizeram e fazem pela sociedade da qual foram e são membros eminentes.

Seus nomes ficarão gravados no coração do povo desta terra, com o estilete da gratidão imorredoura.

Aos senhores médicos do Hospital Evangélico, sobretudo, desejamos levar nossos aplausos, pois, sem seu dedicado concurso nada teria sido possível fazer. A eles compete distribuir as benesses que só a divina arte de Hipócrates proporciona, qual a de minorar as dores do corpo, sem desprezar as da alma.

Mais uma vez, aos heróicos diretores e colaboradores dessa grandiosa sociedade, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado.

REQUERIMENTO Nº 1262

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Waldomiro Carvalho de Lima e Dirce de Lima, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1272

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Instituto Afro-Brasileiro do Paraná, alusivos a posse da nova diretoria para o mandato 2000/2002, que ocorrerá no próximo dia 30 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente engenheiro Antonio Lima, através de correspondência a ser encaminhada Rua Visconde do Rio Branco, 1233, CEP 80410-001, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1266

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da

sessão de hoje, voto de congratulações a Sociedade Giuseppe Garibaldi, alusivos a comemoração dos seus 117 anos de fundação, que ocorrerá no próximo dia 01 de julho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor Wladimir Olímpio Trombini, através de correspondência a ser encaminhada Praça Garibaldi, 12, CEP 80510-210, Curitiba, Paraná.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1277

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrados nos Anais desta Casa, voto de louvor a Empresa de Ônibus Pluma, pelo trabalho exercido com os moradores da fronteira, facilitando o acesso a capital do Paraguai, Assunção, e outras cidades do Paraná.

Sua dedicação e competência tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da nossa comunidade.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o recolhimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1278

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de louvor ao senhor Euclides Scalco, pela sua contribuição com o progresso de Foz do Iguaçu e região oeste do Estado.

Exercendo a atividade como diretor geral da Itaipu, sua dedicação e competência têm contribuído significativamente para o desenvolvimento do Paraná.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1279

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de louvor à Empresa de Transporte Sulamericana, pioneira no trajeto de Foz do Iguaçu a Curitiba, pelo aten-

dimento dedicado aos usuários do transporte coletivo na região.

Sua dedicação e competência têm contribuído significativamente para o desenvolvimento de nossa comunidade.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1257

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, a todos os senadores e deputados federais do Paraná em Brasília, solicitando para se engajarem na campanha lançada pelo Excelentíssimo senhor doutor José Serra, ministro da saúde, para a indicação da paranaense doutora Zilda Arns Neumann, como candidata ao Prêmio Nobel da Paz 2001. Ao mesmo tempo, solicita à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, para também, participar da campanha.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os senhores senadores e deputados federais do Paraná, ao senhor ministro José Serra, bem como a doutora Zilda Arns Neumann.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Excelentíssimo senhor ministro da saúde, doutor José Serra, ao anunciar oficialmente o nome da candidata ao Prêmio Nobel da Paz 2001, fez com bastante objetividade lançando a paranaense médica sanitaria doutora Zilda Arns Neumann, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança. Seu principal mérito: a luta bem sucedida que vem desenvolvendo desde 1982 para reduzir a mortalidade infantil no Brasil, comandando um exército de 6.129 equipes e 127.454 líderes comunitários, todos voluntários e sem nenhum vínculo empregatício, está ajudando a transformar a realidade de 1,6 milhão de crianças e 76 mil gestantes que a Pastoral da Criança acompanha permanentemente em 31 mil comunidades dos 27 estados brasileiros.

O exemplo dado pela Pastoral da Criança é consolador. Por meio dele é possível ter esperanças de que o vergonhoso tratamento sanitário que se dispensa à população, venha ser revertido.

Para se dimensionar a importância da Pastoral da Criança, basta que se diga a taxa de mortalidade infantil nas comunidades atendidas pela instituição em todos os estados brasileiros representa a metade do que o governo consegue por meio de seus programas de prevenção.

A médica doutora Zilda Arns Neumann, leva consigo a consciência tranqüila, que é o apanágio dos que sabem cumprir o seu dever. E com que dedicação tem sabido evitar obstáculos ou empecilhos quando se trata de minorar o sofrimento de seus semelhantes.

Com que despreendimento e solicitude se entrega ao seu sagrado sacerdócio. Nunca indaga das posses de quem bate a sua porta e jamais nega amparo ao desamparado, seguindo sempre o conselho do sagrado Mestre, semeando o bem sem saber a quem.

Trabalhar como a doutora Zilda, se nos afigura uma realização de tal monta que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar aquela que com tanto desvelo consegue levar a cabo tão meritório empreendimento. Seu nome fica gravado no coração do povo brasileiro com o estilete da gratidão imorredoura.

Abençoada seja a doutora Zilda, que para mitigar a dor alheia, sabe sacrificar algo de seu. Deus lhe há de levar à conta sua nobre ação.

Formada em medicina pela Universidade Federal do Paraná há 40 anos, doutora Zilda é viúva, tem cinco filhos e seis netos. Pediatra, é irmã do Arcebispo emérito de São Paulo, Dom Evaristo Arns, desde cedo tem a sua preocupação voltada para a defesa da criança, o que levou a escolha da especialidade pediátrica.

É gratificante para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, postular com afinco a indicação da doutora Zilda Arns Neumann ao Prêmio Nobel da Paz 2001.

REQUERIMENTO Nº 1258

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exce-lentíssimo senhor desembargador Sydney Dittrich Zappa, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no sentido de determinar estudos e agilização para a criação da Comarca de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Um dos municípios mais progressistas da Região Sul do Estado do Paraná, General Carneiro ostenta um índice de desenvolvimento que habilita plenamente a sediar uma das novas comarcas a serem criadas.

Muito bem servido por rodovias, General Carneiro é um importante entroncamento na Região Sul do Paraná: por ali passa a BR 153 (Rodovia Transbrasiliana), em demanda ao oeste catarinense alcançando o Rio Grande do Sul; dali partem a PR 170 (ligando o sudeste aos municípios de Bituruna, Pinhão e ao centro oeste em Guarapuava) e a PR 280 (principal rota de penetração para o sudoeste paranaense e a fronteira argentina).

Sediando uma das maiores reservas de pinheirais nativos do Paraná, General Carneiro prefigura um grande futuro como centro industrial madeireiro, com as primei-

ras unidades de transformação já sendo instaladas na sede do município. Ainda mais, nos dias atuais, uma laboriosa comunidade agrícola tornou produtivas as férteis terras de seu território, com lavouras mecanizadas e de grande capacidade de geração de riquezas.

Outro fator justificatório da criação da comarca de General Carneiro é o fato de que as duas sedes Judiciárias atualmente existentes na região são as Comarcas de União da Vitória e Palmas, com uma distância de 150 km. Nesse distante arco territorial não existe hoje a presença imediata de uma autoridade Judiciária e todos sabemos que a justiça pronta é justiça presente.

Ademais, com a criação da pretendida comarca de General Carneiro diminuirá consideravelmente a tramitação de processos na comarca de União da Vitória, atual sede de jurisdição da área, a qual está muito sobrecarregada, o que impede uma prestação jurisdicional mais imediata, principalmente agora que se delineia dentro da Constituição a criação da Justiça Agrária além de outros serviços judiciários especializados.

Tudo que autoriza a conclusão de que se torna de fundamental importância para a população da região a ser beneficiada com a criação de uma comarca Judiciária em General Carneiro.

REQUERIMENTO Nº 1259

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exce-lentíssimo senhor desembargador Sydney Dittrich Zappa, presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no sentido de determinar estudos e agilização para a criação da comarca de Bituruna.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Bituruna ostenta atualmente um índice de desenvolvimento que habilita plenamente a sediar uma das novas comarcas a serem criadas.

Trata-se de município com uma das maiores reservas de pinheirais nativos no Paraná, com um grande futuro como centro industrial madeireiro, possuindo hoje quantidade razoável de indústrias madeiras, além de uma comunidade agrícola, com suas terras férteis ao longo de todo território, com lavouras mecanizadas e de capacidade de geração de riquezas.

Servida por rodovia asfaltada PR 170 ligando à BR 153 (Rodovia Transbrasiliana) do município de General Carneiro à Guarapuava e outros centros, além de a curto prazo a ligação asfáltica pela PR 446 com os municípios de Porto Vitória e União da Vitória.

A criação da comarca de Bituruna, diminuirá consideravelmente a tramitação de processos na comarca de União da Vitória, atualmente a sede de jurisdição da área, que se encontra constantemente sobrecarregada, o que impede uma prestação jurisdicional mais efetiva.

Estamos certos que o Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Sydney Dittrich Zappa determinará estudos para tornar realidade as aspirações da laboriosa população que está trabalhando diuturnamente para o progresso do Estado e bem estar de sua gente, e que por justiça e merecimento deve ganhar sua comarca, por esta razão, temos certeza que a nossa expectativa não será iludida e as tradições mais caras da região serão atendidas.

A Justiça é, sem dúvida, a pedra angular da sociedade.

De todas as instituições humanas é aquela que mais se aproxima da perfeição.

Com efeito, que seria de nós se não existisse a justiça? Que seria da sociedade entregue ao arbítrio do mais forte?

A Justiça, porém para ser eficiente precisa de sacerdotes. E estes são os juízes.

A criação da comarca de Bituruna é uma aspiração antiga de toda a sociedade da região.

REQUERIMENTO Nº 1260

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Colégio Estadual Dário Velloso, sito à Rua Arthur Martins Franco esquina com a Rua Cid Campello, Bairro Barigui I, CIC, e proximidades, tendo em vista a presença constante de vândalos, assaltantes e desocupados, que ali se reúnem, praticando assaltos e outros atos contra a população. O horário crítico é das 19 às 21h30. No local também existe um campo de futebol, onde há um pequeno casebre que serve de vestiário para os jogadores, porém no mesmo, desocupados se escondem para assaltar, perturbar e cometer atos perigosos para os que necessitam passar nas proximidades. Muitos alunos adolescentes estudam no colégio, sendo alvo constante dos vândalos. Toda a comunidade encontra-se apreensiva, principalmente os pais que não têm mais sossego. Pede-se urgência no atendimento do presente, a fim de proporcionar segurança para a população.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1261

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido da senhora Adonaide Lourenço da Cruz, residente à Avenida Maringá nº 1231, Bairro Emiliano Perneta, que solicita a limpeza de uma valeta existente nas proximidades de sua residência, ou seja, 03 (três) residências

após a sua. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 668-1820.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1268

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada expediente à Comissão de Defesa do Consumidor, desta nobre Casa de Leis, para que proceda a devida averiguação, dentro das prerrogativas legais da legislação que rege a matéria das Telecomunicações, quanto a denúncias que este deputado têm recebido relativas à Brasil Telecom S.A. - Telepar Brasil Telecom, enumeradas abaixo:

1º - Privilégio de empresas que atuam junto ao mercado de comercialização de linhas telefônicas e têm sido beneficiadas quanto ao atendimento de seus clientes, em detrimento do cadastro e fila de espera da Telepar, concessionária e empresa constituída para dar atendimento à população como um todo;

2º - Falhas nos valores das faturas telefônicas, com cobranças a maior e/ou indevidas; e

3º - Informações sobre a delimitação da área de tarifação básica.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Como é de conhecimento de Vossas Excelências, tenho um programa de rádio de grande penetração junto à população de Curitiba e toda a região metropolitana.

Há algum tempo, chamou-me a atenção os inúmeros pedidos que este deputado têm recebido para que agilizasse inscrições de telefones junto à Telepar. Sabíamos das dificuldades que essa, quando estatal, estava tendo com relação às instalações dos terminais telefônicos pois, há muito tempo, a Telebrás não investia no Paraná, na ampliação de redes. Após a privatização, houve uma expectativa quanto a esta agilização pois, uma das promessas e compromissos assumidos junto à população era de que haveriam investimentos, os atendimentos seriam agilizados, e os serviços seriam melhorados, pois a tecnologia aplicada é de última geração.

Aguardamos e continuamos aguardando pela agilização e melhora neste atendimento. Afirmando isto porque, as reclamações aumentaram muito. A população tem trazido diariamente ao meu conhecimento que as inscrições feitas junto à Telepar continuam sendo demoradas, a qualidade dos serviços caiu muito, os valores das tarifas aumentaram e o atendimento ao consumidor foram fechados, sendo este atendimento feito somente via telefone.

É sabido que, com a informatização, a globalização e os grandes investimentos em sistemas de informática e na gestão gerencial levam ao atendimento ao consumidor via telefone. Mas, para que esse atendi-

mento seja eficaz, precisa-se do agente humano que o viabilize e obtenha resultados satisfatórios para a empresa e para seu cliente. Esta é a lei de mercado. Só que o consumidor/cliente de telecomunicações está refém de uma só empresa. Ele só pode optar por um serviço. Não tem concorrência na telefonia fixa. Atualmente só pode optar, pesquisar e escolher, na hora que fizer um interurbano. Para comprar seu terminal telefônico fixo, limita-se a uma empresa.

E, para piorar a sua situação, depara-se com mais um obstáculo: se quiser ter seu telefone ligado rapidamente, poderá procurar uma empresa que comercializa telefones, dispor de, mais ou menos R\$200,00 (duzentos) reais e, em pouco tempo, mas muito pouco tempo, terá seu terminal ligado em sua residência.

Agora, pergunto: Como isso acontece? E as inscrições que são feitas junto à Telepar? Por quê demoram tanto tempo para serem atendidas? A falta de viabilidade técnica só funciona para as inscrições feitas junto à Telepar? E como fica o consumidor e/ou cliente que não dispõe de recursos para contratar os serviços dessas empresas e precisa de seu telefone?

Existem inúmeros casos de agilização negados pela Telepar por falta de viabilidade técnica, para pessoas doentes, idosas, deficientes físicos, em determinados bairros que, se pagassem para essas empresas, teriam seus telefones ligados dentro de 30, 60 dias. Como se explica isto?

Outra reclamação freqüente, que tem aumentado após a privatização, é com relação aos pulsos telefônicos e o aumento no valor das contas telefônicas. Temos observado, analisando a documentação que tem chegado às nossas mãos, que estão ocorrendo muitas cobranças indevidas e/ou abusivas.

Com relação aos pulsos, o consumidor menos atento, acaba pagando sem saber que está sendo lesado. Afirmo isto porque, somente nos casos de reclamação junto à Concessionária os valores são devolvidos. E quem não solicitou, ou não percebeu que seus impulsos aumentaram indevidamente, paga a conta.

Vale a pena lembrar que, somente serão ressarcidos dos valores computados indevidamente em sua conta telefônica, o consumidor que reclamar e, após exaustivos contatos e apresentação de argumentação que convença a empresa, terá seus valores ressarcidos em contas futuras. Por quê isto acontece? Será que estão havendo falhas no sistema?

Com relação a área de tarifação básica, confesso aos nobres Pares, que desconhecia que houvesse delimitação de área. Enquanto a Telepar era uma empresa pública, todos os aparelhos telefônicos eram ligados e comercializados indistintamente de sua localização. Bastava efetuar o pagamento e tinha sua linha telefônica ligada.

Atualmente, se o morador não morar dentro da área de tarifação básica, o Departamento de Engenharia da Telepar apresenta orçamento, que varia de acordo com

critérios que desconheço, e, somente após aprovado e acertado os detalhes da forma de pagamento, terá viabilizada a sua solicitação. Ocorre que, o consumidor somente toma conhecimento desse orçamento, após ter recebido da Telepar, a correspondência de comunicação de que seu terminal telefônico será instalado, constando o número do contrato e demais informações, dando o seu aceite, e aguardando a ligação do telefone. Nessa mesma correspondência o mesmo deveria ser informado de que seu endereço não pertence à área de tarifação básica, e dos valores que deverá dispende se quiser ter telefone.

Pelo que entendi, trata-se de procedimento idêntico à Copel ou Sanepar, quando o imóvel necessita de extensão de rede para ter o benefício atendido. Na Telepar, esse procedimento chama-se "Utilização de Rede", mas com uma grande diferença: o consumidor assume sozinho o pagamento do benefício.

Então pergunto: por quê barateou-se a aquisição dos telefones na área urbana, e na área da Região Metropolitana de Curitiba, onde se concentra a população com poder aquisitivo menor, ela acaba pagando muito mais caro para ter seu telefone em casa? A Região Metropolitana de Curitiba não é área urbana? Quero entender esses procedimentos e saber dos critérios que a empresa adota para delimitar essa área. Afinal, o telefone é um produto de primeira necessidade, e assim deve ser tratado e oferecido à população em geral.

Portanto, conforme acima exposto, este deputado encaminha este expediente à nossa Comissão de Defesa do Consumidor para que faça a devida averiguação e todos os demais procedimentos que lhe couber na forma legal e regimental, para que nossa população tenham voz e direito de obter esclarecimentos quanto à matéria.

Abaixo, enumerei algumas informações que, dentre inúmeras reclamações que recebi, julguei procedentes para auxiliar nas investigações. Demais informações poderão ser obtidas junto à minha assessoria.

1º - Privilégio de empresas que atuam junto ao mercado de comercialização...

Tivemos conhecimento, confirmado por este deputado, que a empresa Contactel - fone: 256-9948, na Rua Abílio Geronasso, nº 03, no Boa Vista, através da senhora Jeanete Liliana Zilli, a qual nos informou que atua no mercado de comercialização de telefones, cobra em média a quantia de R\$200,00 (duzentos reais), e em muito pouco tempo, através de contatos dentro da Telepar, liga qualquer linha telefônica em qualquer lugar. Informou-nos que além de sua empresa, inúmeras outras empresas atuam desta mesma forma, e têm os mesmos privilégios.

O que acima expomos, poderão ser confirmados com os senhores: Valdemir Rodrigues, fone: 9961-8684; Neuvaire Oliveira Góes, fone: 338-3039; e Edenilson Barbosa, fone: 345-2180.

Fila de espera na Telepar: Emília, fone: 669-9729, data de inscrição: 17.03.94; Vilma Avelina, fone: 9112-9502, data de inscrição: 18.05.94; Salete Kintote,

fone: 285-4386, data de inscrição: 03.94; Floripa Ferreira, fone: 246-4741, data de inscrição: 03.03.94; Roberto Jurevitz, fone: 657-2788, inscrição há 04 (quatro) anos, trata-se de um deficiente físico; Alaídes Farias, fone: 245-7040, data da inscrição: 24.02.95; Neusa Freitas, fone: 238-1825, data da inscrição: 02.09.96; Rafael Leite, fone: 266-4379, inscrição em 96; Evanilde Braga, fone: 642-2033, inscrição em 11.97; Dulce Souza, fone: 9904-9133, data da inscrição: 02.12.98; Jorge Conceição, fone: 9967-0285, data da inscrição: 05.03.98; Nilvio Rodrigues, fone: 9904-9749, inscrição em 04.99; Namir, fone: 9967-4004; Raquel, fone: 223-1888; Aline Ribeiro, fone: 382-2130, Ramal 248, inscrição em 10.88; Maria de Jesus Bilibrán, fone: 349-8025, inscrição em 02.97, não teve seu telefone ligado até hoje. A senhora Maira Mazepa, sua vizinha, com inscrição mais nova que a dela, já está com o telefone.

Outras irregularidades: a senhora Marli Gonçalves, fone: 235-1541, estava pagando para a Firma N. Bonfim, a compra e a fatura do telefone. Encontra-se inadimplente junto à Telepar. Anexamos documentos.

Precisamos obter informações, também com relação ao funcionamento da "Central Privada de Comunicação Telefônica".

Recebemos informações e documentos da senhora Geni Maria Vicente, fone recado: 378-2969, a qual perdeu seu ramal telefônico, cujos pagamentos estavam corretos. Na dúvida, encaminhamos essa senhora para um advogado pois a história estava muito fantástica e julgamos ter problemas com a propriedade da Central.

2º - Falhas nos valores das faturas telefônicas...

Cobranças indevidas e/ou ligações não feitas pelo usuário: Cimoneia Amaro, fone: 357-3996; Clodomiro Alves Ferreira, fone: 621-4110; Amélia Teixeira Vieira, fone: 245-7606; Mirian Carneiro Rodrigues, fone: 256-1088; Carlos Dorce, fone: 354-4559; Regina Taborda, fone: 356-7944; Ísis, fone: 335-8790.

3º - Tarifação básica:

Cleonice Silva Rodrigues, fone: 9966-7034, residente na Rua Saibreira nº 9, Laranjeiras, Piraquara. Valor orçado para Utilização de Rede - 4 vezes de R\$113,00; Maria Luci Ribeiro, fone: recados: 656-7056, residente na Travessa 1, Casa 36, Capivari, Colombo. Valor orçado para Utilização de Rede - R\$1.270,32.

A engenheira da Telepar, através da funcionária Vanessa, fone: 324-2466, informou-nos que ela encontra-se a 1.272m fora da área de tarifação básica e, só pagando este valor, terá seu telefone ligado.

REQUERIMENTO Nº 1270

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, reforçando solicitação de

destinação de um veículo para a Delegacia de Polícia Civil do município de Conselheiro Mairinck, protocolado naquele Órgão Estadual sob nº 4.472.565-7.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1273

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner, ao secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig e ao diretor do DER, Paulinho Dalmaz, solicitando providências urgentes quanto as condições de tráfego da estrada que liga Ponta Grossa a Palmeira.

Em diversos trechos da PR-151, entre Ponta Grossa e Palmeira, que estão fora do Anel de Integração e portanto sob responsabilidade do governo do Estado, os buracos são encontrados às dezenas. Em determinados locais o asfalto praticamente "se desmancha". A ponte sobre o Rio Tibagi, nas proximidades do Aeroporto Santana e a localidade próxima à entrada do Ponta Grossa Golf Club, são dois dos pontos mais críticos. Uma enorme rachadura chega a dividir a rodovia. A falta de conservação do local já causou prejuízo a muitas pessoas.

Utilizada diariamente por centenas de caminhões a PR-151 é passagem obrigatória para os caminhões que transportam areia para a região de Palmeira, Porto Amazonas, São João do Triunfo, norte de Santa Catarina entre outras.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência ao prefeito municipal de Palmeira, Mussolino Mansani, na Praça Marechal Floriano Peixoto, 11 e ao prefeito municipal de Ponta Grossa, Jocelito Canto, na Avenida Visconde Taunay, 950.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1274

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador Jaime Lerner e à secretária especial da Fundepar, Denise Margareth Oldenburg Busgal, solicitando a agilização no processo de liberação de verba para a pintura do Colégio Regente Feijó, no município de Ponta Grossa.

O colégio espera pela conclusão da reforma desde que em abril foi anunciado que a SEED teria condições de autorizar a nova licitação para as obras complementares da reforma do colégio, que inclui a pintura interna e externa do prédio.

De acordo com o chefe do Departamento de Engenharia da Fundepar, em maio deste, aguardava-se apenas pela autorização da instituição financeira que iria custear as obras para abrir o processo de licitação que irá definir qual empresa realizaria a pintura do prédio.

Depois a informação era de que a ordem de serviço fosse dada na primeira quinzena de julho, mas como a previsão para a demora do processo de licitação era de no mínimo 40 dias, este prazo já não seria mais cumprido.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao professor Moacir Ávila, interventor do Colégio Regente Feijó, na Praça Barão do Rio Branco, 194 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1275

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na Ata dos trabalhos de hoje a matéria intitulada "Fora do Eixo", o Jornal da Manhã, de 13 de junho de 2000, em anexo.

Tal matéria refere-se ao município de Ponta Grossa, situado estrategicamente fora do eixo político. Embora as lideranças do Norte e do Oeste fossem obrigadas, por mera contingência rodoviária, a transitar por território princesino, quando em viagem a Curitiba, a cidade não era nem opção de descanso. Após muitas brigas sucessivas e reclamações, a cidade passou a ocupar um lugar menos obscuro. O Parque Industrial teve um crescimento evidente, mas mesmo tendo este benefício, a cidade foi prejudicada com o corte das obras de contorno rodoviário, previstas no cronograma do Anel de Integração. Também foi feita a exclusão do trecho princesino das prioridades na duplicação daquela rodovia, assim como foi alterado o programa de combate à violência e reequipamento da polícia. A interrupção da pavimentação asfáltica entre o distrito de Guaragi e Teixeira Soares, e para coroar um período nada auspicioso para a cidade, Ponta Grossa foi deixada novamente de lado com o programa de desfavelamento que a Cohab vem desenvolvendo em várias regiões paranaenses.

Novamente, Ponta Grossa está fora do eixo político.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência aos funcionários do Jornal da Manhã, em nome do diretor presidente Gustavo Horst, e da diretora executiva Leandrina Castro, na Rua Santos Dumont, 1039 - Ponta Grossa - PR - CEP: 84010-916.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 222/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã, com sede e foro no Município de Ivaiporã - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ivaiporã - PR, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos ou religiosos.

O referido sindicato vem desenvolvendo ações de relevante teor social, tais como: atividades sociais, esportivas, palestras educativas sobre os mais variados temas de interesse da comunidade, bem como o atendimento médico e odontológico, acompanhamento de processos de aposentadorias, homologações trabalhistas e recadastramentos do Imposto Territorial Rural.

Todas estas realizações promovem a melhoria da qualidade de vida da população atendida, contribuindo de forma significativa para permanência do homem no campo, evitando desta forma a potencialização de vários problemas sociais, como por exemplo o êxodo rural.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 223/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a executar os serviços de restauração de 8 km na Rodovia Municipal de ligação entre a sede e o distrito de Herculândia no município de Ivaté.

Art. 2º - Os valores correspondentes para execução da obra de restauração na ordem de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) ficam aportados em função do cancelamento parcial do previsto na obra/07 - restaurar PR-518 entroncamento PR-69 (Bandeirantes - Porto Quebra Canoa) - previsto no relatório de obras projeto atividade 1180 do relatório para construção de obras rodoviárias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Considerando a relevância que a rodovia tem na economia do município e que seu atual estágio de conservação está inviabilizando o transporte da produção da região, e que o município não possui os recursos necessários para executar a referida restauração,

necessário se faz o apoio do governo do Estado e dos nobres Pares para a aprovação do presente.

Informo ainda que os recursos previsto na obra 07 não serão utilizados na sua totalidade, segundo a Secretaria de Estado dos Transportes.

PROJETO DE LEI Nº 224/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Na veiculação de material de qualquer natureza através da rádio, jornal, televisão e outro(s) meio(s) de comunicação, o Poder Executivo deverá indicar os custos relacionados a todo o processo de produção e divulgação.

Parágrafo Único - O total dos custos deverá aparecer ao final de cada apresentação ou veiculação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Um dos pilares da administração pública, e consagrado pela Constituição Federal, é aquele que determina ao administrador que deve agir com total e absoluta transparência (artigo 37, CF). Ora ser transparente é agir com moralidade e probidade. O argumento moral, entretanto, não se reveste de simples admoestação de natureza espiritual e interior, mas possui roupagem de ditame jurídico, orientando a conduta e impondo restrições e penas em casos de desvios de conduta.

O parágrafo 4º do artigo 37 da Constituição Federal, assevera que: “os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”. De outra, o mesmo artigo 37 em seu parágrafo primeiro, se afirma que; “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos”. O projeto de lei em epígrafe visa, pois equacionar a matéria dando normativas acerca do uso da propaganda institucional, impondo a regência do princípio da moralidade e da transparência como fatores fundantes da administração em sua ação comunicativa. De outro lado, é necessário dar melhor visibilidade ao processo administrativo, dando ao povo capacidade e condições de avaliação sobre as ações e sobre as formas de comunicar as mesmas atividades, observando os níveis de prioridade do governante, inclusive em tempos de poucos recursos para obras, salários dos professores, pessoal da saúde e da segurança pública.

PROJETO DE LEI Nº 225/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica outorgado ao senhor cônego Angelo Banki o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Cônego Angelo Banki nasceu na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de São Paulo, em 12/07/1927. É filho de pais japoneses: Julio Banki Satoro e Sofia Banki, de uma família de 10 filhos.

Seus estudos fundamental e médio foram feitos no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, pertencente aos Padres Jesuítas.

Em Nova Friburgo, com formação jesuíta, licenciou-se em Filosofia Pura e em Pedagogia.

Lecionou, por três anos, no Colégio São Francisco Xavier, em São Paulo, participando também de ações sociais e religiosos junto à Colônia Nipo-Brasileira de São Paulo.

Ordenou-se padre jesuíta em Tóquio no Japão, em 18 de março de 1958.

Voltando para o Brasil, foi nomeado reitor e diretor do Colégio São Francisco Xavier, de São Paulo, função que exerceu por quatro anos.

Posteriormente, voltou ao Japão para estudos de especialização, por quatro anos, tornando-se professor assistente da famosa Jochi University. Nessa época, publicou três livros e fez curso de Religiões Orientais.

Voltando ao Brasil, foi professor e orientador educacional no Colégio São Luiz, de São Paulo.

Por insistência de Dom Jaime Luiz Coelho, então bispo de Maringá, junto à Congregação dos padres Jesuítas, foi transferido para a Diocese de Maringá, tornando-se pároco de Paiçandu e de Água Boa, em 27/01/1974.

Em Paiçandu, inaugurou a Igreja Matriz de São João Maria Vianey, Santo Cura D'Ars, em dezembro de 1974. Construiu ainda a igreja de Nossa Senhora de Lourdes e de São José, no Distrito de Água Boa, além de iniciar a construção da Igreja de Jesus Bom Pastor, do Jardim Pioneiros, em Paiçandu.

Participou ativamente da construção das creches: Lar e Escola Santa Terezinha do Menino Jesus, de Paiçandu, e Helena Fregadolis Dias, do distrito de Água Boa.

Em 11 de junho de 1992, a Câmara Municipal e o prefeito de Paiçandu outorgaram-lhe o Título de

Cidadão Benemérito de Paçandu, através da Lei Municipal nº 662/92.

Cônego Angelo Banki é conhecido pelos seu espírito alegre e jovial, tratando a todos com muita afeição, dedicação e espírito cristão.

O presente projeto de lei pretende notabilizar o cônego Angelo Banki pelos inúmeros trabalhos executados no Paraná, notadamente em Paçandu, onde se projetou como pessoa carismática, afável, caridosa e amante da paz.

PROJETO DE LEI Nº 226/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As mensagens de campanhas destinadas à prevenção de doenças, promovidas pela administração direta, indireta ou fundacional do estado, veiculadas na televisão, terão tradução simultânea para a língua brasileira de sinais, Libras.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Lei Brasileira de Sinais, Libras, foi reconhecida no Estado do Paraná no ano de 1998, através da Lei nº 12.095/98.

Compreende-se como Língua Brasileira de Sinais o meio de comunicação de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de pessoas surdas. É a forma de expressão do surdo e sua língua natural.

A rede pública de ensino, através da Secretaria de Estado da Educação, está sendo incluída como conteúdo obrigatório nos cursos de formação na área de surdez, a nível de segundo e terceiro graus.

De acordo com a legislação citada, a Administração Pública, direta, indireta e fundacional, através da Secretaria de Estado da Educação, ficou obrigada a manter em seus quadros funcionais profissionais surdos, bem como intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, no processo ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados de ensino em suas instituições.

A cidadania é direito de todos os brasileiros, assegurado pela Constituição Federal. Não se concebe, portanto, que um segmento da população possa deixar de exercê-lo em sua plenitude. É preciso fazer da cidadania mais que um conceito abstrato, traduzindo-o em participação efetiva inclusive nas questões da saúde pública.

Mas, apesar da inequívoca garantia constitucional, alguns segmentos populacionais, como os portadores de deficiência auditiva, não têm como exercer esse direito

integralmente. Um dos obstáculos a esse exercício é a falta de informação, pois as mensagens veiculadas pela televisão, inclusive aquelas produzidas sob a responsabilidade do Estado do Paraná, continuam inacessíveis aos portadores de deficiência auditiva.

Este projeto de lei, ao determinar a tradução das mensagens publicitárias destinadas à prevenção de doenças para a linguagem de sinais, desfaz a inacessibilidade e quebra a barreira existente entre a esfera pública e os deficientes auditivos.

Podendo informar-se correta e quotidianamente sobre as iniciativas do estado no campo da prevenção de doenças, os portadores de deficiência auditiva terão condições de ser estimulados a sair de sua secular marginalização e a participar da vida do Estado.

Por ser este um projeto de lei justo, que contempla significativo número de paranaenses e tem por objetivo promover a inclusão social dos mesmos, conto com o apoio desta nobre Casa para sua aprovação.

Enquanto a sociedade não se conscientizar de que pode estabelecer uma comunicação com a pessoa surda, esta continuará sendo como estrangeiro, em sua terra natal.

A sociedade brasileira precisa conhecer o surdo, sua língua, suas necessidades e suas potencialidades e saber que existem comunidades surdas convivendo numa situação bilíngüe.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há oradores no Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna hoje para apresentar um requerimento à Comissão de Defesa do Consumidor:

(Lê):

“O deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Comissão de Defesa do Consumidor, desta nobre Casa de Leis, para que proceda a devida averiguação, dentro das prerrogativas legais da legislação que rege a matéria das telecomunicações, quanto a denúncias que este deputado, tem recebido relativas à Brasil Telecom S/A - Telepar Brasil Telecom, enumeradas abaixo:

1º - Privilégio de empresas que atuam junto ao mercado de comercialização de linhas telefônicas e têm sido beneficiadas quanto ao atendimento de seus clientes, em detrimento do cadastro e fila de espera da telepar, concessionária e empresa constituída para dar atendimento à população como um todo;

2º - Falhas nos valores das faturas telefônicas, com cobranças a maior e/ou indevidas; e

3º - Informações sobre a delimitação da área de tarifação básica.”

Este é o requerimento que apresentamos à Comissão de Defesa do Consumidor que tem como presidente o deputado Ademar Traiano.

Na verdade temos recebido muitas e muitas denúncias a respeito da telefonia.

(Lê):

“Como é de conhecimento de Vossas Excelências, tenho um programa de rádio de grande penetração junto à população de Curitiba e toda a região metropolitana.

Há algum tempo, chamou-se a atenção os inúmeros pedidos que este deputado tem recebido para que agilizasse inscrições de telefones junto à Telepar. Sabíamos das dificuldades que essa, estatal, estava tendo com relação às instalações dos terminais telefônicos pois há muito tempo, a Telebrás não investia no Paraná, na ampliação de redes. Após a privatização, houve uma expectativa quanto a esta agilização pois, uma das promessas e compromissos assumidos junto à população era de que haveriam investimentos, os atendimentos seriam agilizados, e os serviços seriam melhorados, pois a tecnologia aplicada é de última geração.

Aguardamos e continuamos aguardando pela agilização e melhoria neste atendimento. Afirmo isto porque, as reclamações aumentaram muito. A população tem trazido diariamente ao meu conhecimento que as inscrições feitas junto à Telepar continuam sendo demoradas, a qualidade dos serviços caiu muito, os valores das tarifas aumentaram e o atendimento está, dia-a-dia, dificultado pela empresa. Muitos dos consumidores não sabem mais a quem recorrer. Vários locais de atendimento ao consumidor foram fechados, sendo este atendimento feito somente via telefone.

É sabido que, com a informatização, a globalização e os grandes investimentos em sistemas de informática e na gestão gerencial levam ao Atendimento ao Consumidor via telefone. Mas, para que esse atendimento seja eficaz, precisa-se do agente humano que o viabilize e obtenha resultados satisfatórios para a empresa e para seu cliente. Esta é a lei de mercado.”

Acontece o seguinte nas denúncias que recebemos e por isso fazemos este requerimento dirigido à Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa.

Para piorar toda essa situação de atendimento ao consumidor, o usuário depara-se com mais um obstáculo.

Vossa Excelência sabe que hoje, um telefone se compra por 10 reais, 11 reais e, para piorar esta situação, apareceram empresas intermediando a agilização para a instalação da linha telefônica. É só você ir lá e pagar 200 reais e essas empresas têm trânsito livre dentro da Telepar, para agilizar a instalação do telefone. Seja em qualquer lugar! Não é só uma empresa, não, são várias empresas que atuam nesse setor.

A nossa pergunta é: porque a Telepar permite que estas empresas atuem dentro da Telepar com a maior facilidade para atingir o tão cansado bolso do brasileiro e já tão vazio como está?

Na justificativa que apresentamos a esse requerimento, damos nomes de empresas e dos proprietários das empresas. Diante de todas essas reclamações, tenho aqui alguns exemplos que gostaria de apresentar aos senhores deputados nessa tarde.

A própria Comissão de Defesa do Consumidor pode confirmar estas denúncias no caso dessas empresas que intermediam a instalação de telefone, cobrando em média 200 reais.

(Lê):

“O que acima expomos, poderá ser confirmado com os senhores Valdemir Rodrigues, fone 9961-8684; Neuvaire Oliveira Góes, fone 338-3039; e Ednilson Barbosa, fone 345-2180.

Fila de espera na Telepar:

Emília, fone 669-9729 - data de inscrição: 17.03.94” - e até agora não foi instalado, a não ser que ela pegue uma empresa desta intermediária e pague 200 reais.

“Vilma Aveli - inscrita em 18.05.94; Salete - inscrita em 03.03.94; Floripa Ferreira - inscrita em 13.03.94;” e assim vai.

Tem uma relação muito grande aqui. Tem aqui, por exemplo, outras irregularidades. A senhora Marli Gonçalves estava pagando para a firma N. Bonfim, a compra e a fatura do telefone. Encontra-se inadimplente junto à Telepar. E anexamos os documentos. Essa N. Bonfim é uma das intermediárias que age com desenvoltura dentro da Telepar. Por quê essa desenvoltura lá dentro?

Precisamos também, obter informações em relação ao funcionamento da Central Privada de Computação Eletrônica. Recebemos informações e documentos da senhora Geni Maria Vicente, a qual perdeu seu ramal telefônico cujos pagamentos estavam corretos. Na dúvida, encaminhamos essa senhora para um advogado, pois a história estava muito fantástica e julgamos ter problemas com a propriedade da Central. Falhas nos valores das faturas telefônicas, cobranças indevidas, ou ligações não feitas pelo usuário.

Temos aqui vários, que a comissão depois, com certeza, vai entrar em contato com essas pessoas. A tarifação básica, no caso aqui, da Cleonice Silva Rodrigues que mora em Piraquara, sabe quanto que ela pagou, qual foi o valor para ele poder instalar o telefone dela? 1.113 reais! A Maria Luci Ribeiro, que mora em Colombo, aqui perto: valor orçado para utilização da rede: 1.270 reais. A Engenharia da Telepar, através da funcionária Vanessa, informou-nos que ela encontra-se a 1.272 metros fora da área da tarifação básica, e só pagando esse valor terá seu telefone ligado.

Pessoas que vêm recebendo valores astronômicos. Pessoas de idade, casais de idade que gastam no máximo, 50 reais, recebem de cobrança 1.200, 1.300, 1.500 reais. Então, faço esse requerimento à Comissão de Defesa do Consumidor, para que a Comissão se reúna e tome

providência, dentro, é claro, das prerrogativas da própria comissão.

Concedo um aparte ao deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano

Deputado Luiz Carlos Martins, Vossa Excelência traz à tona novamente um assunto já por demais comentado nesta Casa, e também participou de algumas reuniões da nossa Comissão de Defesa do Consumidor e reconheço que até temos estado um pouco ausentes dos trabalhos desta Comissão, em função de uma outra comissão que caminha paralela a esta, que é a CPI dos Supermercados. Estou atuando como relator desta CPI e Vossa Excelência também é membro e muitos outros parlamentares também participam. É importante a sua colocação até porque quando de denúncias aqui levantadas e trazidas para a Comissão de Defesa do Consumidor, algumas providências nós tomamos na oportunidade, no sentido de oficiar à Anatel para que se manifestasse sobre o assunto e lamentavelmente a resposta foi muito evasiva. Encaminhamos diversos expedientes à Telepar encaminhando denúncias, e de uma forma isolada atenderam aqueles que reclamaram na oportunidade, e na verdade, muito pouco a gente pode atuar até em função de limitações. Vossa Excelência conhece muito bem o poder econômico dessas empresas e que acabam criando dificuldades de ordem de atuação na própria Comissão no sentido de divulgação, tornar público à população, porque muito pouco é noticiado, esse tipo de trabalho, por parte da própria imprensa e nós temos esse tipo de dificuldade.

Entendo que o seu requerimento é oportuno e acho que a Comissão de defesa do Consumidor não poderia ficar apenas limitada a esse trabalho de investigação, de encaminhar às Companhias telefônicas as denúncias dos nossos contribuintes. Acho que deveríamos, tão logo concluam-se as CPI's aqui instaladas, iniciarmos a CPI da Telefonia aqui no Paraná. E nesse caminho nós poderíamos trilhar, e aí sim conseguiríamos chegar a uma solução definitiva, porque as barbaridades que estão acontecendo com relação à telefonia no Paraná são altamente comprometedoras, lesivas ao nosso consumidor paranaense.

As explicações das Companhias telefônicas são consistentes, e eu entendo que quando um grupo europeu para cá vem para investir em telefonia, já deveria estar altamente consciente das dificuldades que iriam enfrentar e deveriam entrar no mercado já com uma alta qualificação para poder cobrar do consumidor. Acontece o contrário. Primeiro cobram para depois investir. Sugam do nosso consumidor, com o pretexto de que estão com dificuldades em termos de tecnologia, quando deveria acontecer o contrário, investir para depois buscar do consumidor aquilo que é fruto do seu investimento.

Acho oportuno o seu pronunciamento e entendo que nós deveríamos começar, tão logo terminemos as

nossas CPI's, já protocolarmos nesta casa um requerimento no sentido de fazermos uma nova CPI da telefonia no Paraná.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Tem todo o nosso apoio para essa CPI da telefonia, porque na verdade, o povo está órfão em relação aonde reclamar. Aonde é que o povo vai fazer os seus reclames? Aonde é que o povo vai fazer as suas reivindicações a respeito da telefonia, aos abusos da telefonia?

Então, senhor presidente, faço um apelo aqui na Assembléia Legislativa, dessa tribuna, a Assembléia que tem escancarado as portas para as mais diversas reivindicações da sociedade e mais uma vez que a nossa Assembléia também escancare as portas para os consumidores que estão sendo lesados pela telefonia, em particular pela Telepar Brasil Telecom. O povo, na verdade, não sabe onde reclamar nem onde ir para reivindicar os seus direitos.

Hoje, se fizermos aqui um disk-telefone, olhe presidente, com certeza vão colocar um batalhão de pessoas para poder tentar atender, tantas são as reclamações dos usuários da telefonia, principalmente da Telepar Brasil Telecom.

Concedo aparte ao deputado que também está bastante por dentro dessa situação, Baratter.

O Sr. Antonio Baratter

Obrigado pelo aparte, deputado Luiz Carlos Martins. Quando o deputado se refere à dificuldade do acesso do consumidor a esta empresa, ela fechou todos os escritórios regionais que ela tinha aqui no Estado do Paraná.

Hoje no Procon o número de reclamações da sociedade, disparado, o maior número é sobre a questão da telefonia.

Temos um projeto protocolado nesta Casa a respeito da telefonia fixa, no que se refere a pulsos, aonde o consumidor não consegue controlar, ele não tem através da sua conta telefônica, uma maneira de visualizar para onde ligou, para quem ele ligou, quando ele ligou, quanto tempo durou a ligação e quanto custou esta ligação. E um professor do Cefet, intrigado com isto, criou um programa para mostrar à Telepar, que a Telepar cobrava mais do que ele realmente fazia, e ele conseguiu provar que no mês de novembro do ano passado, ele fez 143 ligações e recebeu na sua conta 278 ligações. No mês seguinte ele novamente, usando do seu programa, percebeu 37% a mais de pulsos do que ele realmente tinha feito através de um programa de um telefone que ele acoplou à Internet.

Então, na verdade, a sua colocação e esse requerimento encaminhado a esta Casa, ao presidente da Comissão de Defesa do Consumidor é muito importante e eu concordo com a colocação do Traiano, e o senhor, já de pronto, também é favorável que nós instalemos nesta Casa a CPI da telefonia.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Obrigado, deputado Baratter.

Senhor presidente, acreditamos sinceramente que esta Casa não vai ficar surda diante dos reclames dos usuários de telefone.

Só vou dar um exemplo aqui, geralmente aonde você mora, na rua, num determinado poste você vê ali uma caixinha telefônica, você sempre vê algum funcionário mexendo nessa caixinha; esse trabalho hoje é terceirizado. Um exemplo: esses dias uma senhora recebeu a conta telefônica, tinha uma ligação de São Paulo no valor de 220 reais. Só uma ligação. Ela pegou o telefone de São Paulo e ligou, falou com uma moça em São Paulo, ela não conhecia essa moça, então ela procurou saber da moça quem tinha ligado para ela, e a moça contou que era um funcionário da telefônica no Paraná, mas ele presta serviço para uma empresa que é terceirizada, então, ele foi na caixinha, fez a ligação e ficou batendo papo. Se ele ligou para São Paulo, imagine quantas ligações dessas não acontecem para o Japão, Estados Unidos, para toda a Europa, com certeza esta Casa vai estar mais uma vez ao lado desse tão cansado explorado consumidor, desse cansado e explorado usuário da telefonia do Estado do Paraná.

Muito obrigado senhor presidente, muito obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao horário da liderança: PPB, PSL, PT.

Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Estamos recebendo a visita do Comando Local Unificado de Crédito dos Servidores Públicos Federais do Paraná a Vossa Excelência já consentiu, mas não sei se poderia usar o horário do PT para o Antonio Neres de Souza que é o presidente, e representa os nossos ilustres visitantes para que use o nosso horário ou outro horário enfim para fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente nós já havíamos acordado, atendendo ao pedido de Vossa Excelência, desde ontem, que o Antônio usasse por cinco minutos a tribuna.

É um prazer recebê-lo aqui! E esta Casa realmente tem se mostrado sempre como a casa do povo. Aqui as pessoas vêm e nós, como diz o deputado Luiz Carlos Martins, escancaramos as portas da nossa Casa para todos.

Com a palavra, o senhor Antônio Neres Souza.

O SR. ANTÔNIO NERES SOUZA

Boa tarde a todos os senhores deputados!

Nós, os técnicos administrativos, da Universidade Federal do Paraná, do Cefet, da Delegacia Regional do Mec e os outros servidores públicos federais que aqui

estão presentes, gostaríamos de agradecer este espaço, e fazer a leitura de uma carta que já foi entregue para alguns deputados. Nos encontramos em greve desde o dia 10 de maio, uma greve reivindicatória. Faz seis anos nossos salários, como a da maioria dos servidores, estão sem nenhuma reposição salarial. E a gente vem, numa exposição a nível nacional, tentando resgatar as nossas perdas.

Vou fazer a leitura de uma carta aberta.

(Lê):

“Carta Aberta

Excelentíssimos senhores deputados estaduais do Paraná.

Nós, servidores públicos federais no Estado do Paraná, integrantes de órgãos prestadores de serviços de grande relevância ao povo paranaense, gostaríamos de apresentar alguns motivos pelos quais estamos em greve por tempo indeterminado há quase dois meses. Entendemos que os serviços que prestamos à comunidade são de suma importância e que a suspensão dos mesmos, ainda que temporariamente, muito afeta à população que deles necessitam.

Há uma flagrante contradição entre o discurso e a prática do governo federal: se de um lado alardeia que as políticas sociais são prioritárias, com investimentos em educação, saúde, segurança e emprego, de outro lado retira verbas destes setores, privatiza órgãos públicos, ameaça com emissões em massa no serviço público, retira direitos dos trabalhadores e congela seus salários por mais de cinco anos. Privilegia o capital e remete o povo e os trabalhadores à própria sorte do mercado.

Porém, frente à atitude do governo federal, que nos tem tratado com descaso, desrespeitando assim, não apenas à nós SPF's, mas também a população que se utiliza do serviço público, não nos restou outra alternativa senão a greve, já que este governo nos apresentou como proposta única, até o presente momento, o PDV (Plano de Demissão Voluntária) para os insatisfeitos.

Vários setores do serviço público federal encontram-se paralisados, sendo que a ampla maioria atende diretamente a população em suas demandas diárias, com Educação, Saúde, Previdência, entre tantos outros. O Hospital de Clínicas da UFPR, por exemplo, patrimônio de todos os paranaenses, vive uma situação dramática, por absoluta falta de compromisso do governo. Convive-se diariamente com a falta de materiais, equipamentos e medicamentos, o que muito dificulta o bom atendimento à população. Diversos profissionais da área pública, após sua carga de trabalho normal, ao invés de se aperfeiçoar em cursos ou conviver com seus familiares, optam por buscar outras fontes de rendas, no sentido de um mínimo de dignidade às suas vidas, o que acarreta sobrecarga emocional e física, com reflexos diretos na prestação dos serviços à comunidade.

Cientes da importância da continuidade de todos os serviços prestados pelos SPF's, e dos transtornos

causados à população pela sua interrupção, principalmente àqueles que necessitam do atendimento nos serviços mais essenciais, solicitamos o apoio dos senhores, democraticamente eleitos como os representantes dos interesses sociais do povo paranaense, para que esta importante Casa de exercício da cidadania e democracia paranaense tome posição frente aos anseios justos de parcela significativa da população deste Estado, os servidores públicos federais.

Neste sentido, todos os servidores federais paranaenses, bem como seus familiares, que somam um importante universo de milhares de cidadãos aptos ao exercício eleitoral, legitimamente reivindicam que os nobres parlamentares defendam o serviço público e a causa dos que nele estão investidos.”

Gostaria de acrescentar que sou lotado no Hospital de Clínicas e estamos sentindo o drama da população pela falta de atendimento do HC.

Atendemos 90 mil pessoas mensalmente, e hoje, com esta greve que se prolonga há mais de 40 dias, está se tornando muito difícil para a comunidade. Estamos tentando atender a parcela da população que não é atendida nos outros hospitais de Curitiba e isto é muito triste.

São seis anos em que o servidor vem ganhando um salário muito archoado e gostaríamos de contar com o apoio desta Bancada que sempre esteve do lado da comunidade, do povo paranaense, para esta reivindicação do servidor público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência ratifica que vocês terão sempre o espaço que quiserem aqui dentro desta Casa.

Com a palavra, no Horário da Liderança do PDT, o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Aliando-me aos servidores públicos federais, que através da voz do orador que me antecedeu clama pelos seus direitos em termos daquilo que lhes é fundamental, que são os seus direitos respeitados, tenho hoje, para a vergonha do governo federal, a somatória, na greve, dos auditores na Receita Federal.

Quem gera o dinheiro, no Brasil, entre aqueles que mais representam o erário nacional, é a Receita Federal. E, os senhores auditores e servidores da Receita estão no mesmo pleito do orador que me antecedeu. O governo federal, insensível aos reclamos da população e principalmente daqueles que alimentam sua subsistência, seja no Hospital das Clínicas, como ele mesmo testemunhou, onde 90 mil irmãos são atendidos, ou na Universidade Federal do Paraná, onde muitos de nós tivemos nossa formação acadêmica, tenho a certeza absoluta que a unanimidade desta Casa estará se somando às reivindicações aqui apresentadas.

Antecipando o que já disse o presidente Nelson Justus, esta Casa esteve e sempre estará aberta a todas as posições que venham de encontro à razão e ao bem-estar das famílias paranaenses e brasileiras. Neste rumo, senhor presidente e senhores deputados, estou apresentando e aqui queria contar com a participação do ilustre Líder do Governo, nosso amigo Valdir Rossoni, vi em outro Estado da federação propagandas institucionais aonde mostram as obras realizadas, os caminhos acertados na administração, com um propaganda que vai de encontro à razão. O governo faz, realmente, ele tem que mostrar e divulgar seus feitos. O governo do Paraná tem muitos feitos realizados. Tem uma propaganda que aí em todo o interior do Paraná, que nós testemunhamos a cada dia, que ela personaliza o desenvolvimento automotivo do nosso Estado.

O governo do estado tem demonstrado, através de divulgação, outros segmentos da sua atuação, de encontro com o anseio da população paranaense. Mas, nós estamos, senhor presidente, já que não conseguimos, que a Oposição não conseguiu saber quanto o governo gasta na divulgação, estamos entrando com um projeto de lei onde toda a propaganda do governo e das autarquias, depois de divulgação, saia em seguida o preço cobrado pela rádio, pelo jornal ou pela televisão, para o povo, que paga o imposto, saber quanto custa aquela propaganda. O governo argumenta, em reclamos de funcionários públicos estaduais, que realmente a caixa está baixa e que a lei Camata aí está, não dando condições de aumento, mas na divulgação ilustres deputados, nós não vemos aonde vai o dinheiro arrecadado da família paranaense. Com este projeto, acredito que aprovado por esta Casa, dará ao povo do Paraná a oportunidade de ver a propaganda dos atos realizados pelo governo, mas também o custo da propaganda dos atos realizados pelo governo, mas também o custo da propaganda que está sendo inserida e divulgada em todo solo paranista.

Concedo aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Luiz Carlos Zuk, quero cumprimentá-lo por trazer a plenário, na tarde de hoje, esta discussão, a discussão, realmente, daquilo que faz e que deixa de fazer o governo Jaime Lerner no Estado do Paraná. E quero aproveitar o seu pronunciamento para trazer a conhecimento deste plenário e pedir ao nosso presidente, Nelson Justus, que o mais rápido possível faça chegar a nós cópia deste relatório do Tribunal de Contas aprovado na tarde de ontem, onde faz uma análise bastante aprofundada do governo no atual momento, principalmente em relação às suas contas do ano passado.

Faço este aparte ao seu pronunciamento porque Vossa Excelência e os deputados são testemunhas de que o ano passado nós fizemos uma tentativa, numa reunião da Comissão de Finanças, de trazer aqui o secretário da Fazenda, Giovani Gionédís. Ficou para agosto, ficou para setembro, ficou para outubro e depois veio, no final de

novembro, para dizer coisas que na nossa maneira de ver não eram verdadeiras. E, hoje, o jornal Gazeta Mercantil traz uma matéria bastante extensa dizendo: “O futuro do Paraná colocado em xeque”. E mostra que nós, há um ano atrás, dizíamos a verdade e éramos contestados pelo secretário Giovani Gionédís e pela liderança do governo. Diz aqui: “A dívida geral do Estado cresceu 117%, alcançando 13,3 bilhões”. Treze bilhões e 300 milhões. Nós dizíamos que a dívida iria ultrapassar os 12 bilhões e poderia chegar aos catorze. Com certeza, como já decoreu 6 meses deste ano de 2000, com certeza a dívida já está superior aos 14 bilhões que anunciávamos que chegaria.

Diz mais adiante, Vossa Excelência está falando dos gastos com comunicação, os gastos com educação fundamental e média ficaram em 24,87%, abaixo do que estipula a Constituição do Estado e a federal, que é gastar 25%. Aí mais adiante, os gastos na área social do governo diminuiriam de um bilhão setecentos milhões para um bilhão e quinhentos milhões.

Então, fica claro que é evidente, senhor presidente, senhores deputados, a necessidade que temos, de ter o quanto antes este relatório, esta análise prévia que faz o Tribunal de Contas, para que a gente possa iniciar aqui na Assembléia um amplo debate sobre a gestão financeira do Estado. Temos sempre cobrado isto aqui na Assembléia. Anunciávamos aqui que a dívida do Estado ia chegar ao final de 99 em 14 bilhões, chegou a 13 bilhões e trezentos milhões, e diz o líder do Governo e o secretário que nós éramos fantasiosos, que estávamos inventando coisas, que não era verdade. Agora, não somos nós, é o Tribunal de Contas, em seu parecer prévio, que diz que a dívida do Estado é de treze bilhões e trezentos milhões, que diz que o Estado não gastou os 25% que a Constituição estabelece para o ensino médio e fundamental, que diz que o Estado está gastando menos na área social do que em anos anteriores. Temos que tomar providências. E uma delas está Vossa Excelência, que é vir nessa tribuna e denunciar o exagero que se gasta em propaganda, e talvez até se justifique, deputado, porque quem não tem o que mostrar fisicamente, tem que mostrar virtualmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência pede licença a Vossa Excelência apenas para anunciar a presença do ex-deputado Ivan Rüppel em nossa Casa. Seja bem-vindo, deputado. A Casa sempre se sentirá honrada com sua presença aqui.

(Aplausos)

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Endossando o que o presidente disse, é um orgulho para nós a visita de uma pessoa que deu o exemplo a ser seguido por nós parlamentares e por este Poder Legislativo.

Mas eu encerro, senhor presidente, acreditando de que a Comissão de Constituição e Justiça e a Bancada do Governo nesta Casa darão condição pela qual o governo honesto, sério, competente, transparente do governador

Jaime Lerner, não terá, através da bancada, um instrumento para fazer com que o povo do nosso Estado conheça de perto aquilo que se gasta em cada propaganda inserida. Falo isto, senhor presidente, porque até o dia de hoje testemunhamos no Estado o porquê aconteceu em uma das maiores prefeituras do Paraná a condenação de um ex-companheiro desta Casa, foi por propaganda a primeira sentença proferida pela Justiça do Estado do Paraná e eu não quero que no dia de amanhã fiquemos omissos nesta posição de administração pública do Estado.

Tenho certeza absoluta que o governo não tem nada a esconder e estará através da sua bancada dando aval para que a população do Paraná testemunhe através do vídeo, do jornal, das páginas inseridas, seja ouvida pelas emissoras quanto custa para o Paraná as propagandas que o governador Jaime Lerner faz.

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PST com a palavra.

Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres parlamentares, senhoras e senhores presentes nesta Casa.

O nosso pronunciamento de hoje é mais uma satisfação que vamos dar à Casa e à sociedade paranaense e se refere ao nosso projeto que contempla o Refis. Refis Paraná é um projeto grande alcance econômico e social, que atinge mais de cem mil empresas contribuintes paranaenses e que foi retirado nessa Casa e deveria voltar hoje. Mas devido entendimentos havidos entre esse parlamentar e o secretário da Fazenda, Giovani Gionédís e o diretor da Secretaria da Fazenda, João Lucena, não trouxemos esse projeto em pauta hoje, porque estuda-se um substitutivo.

A alegação, a justificativa, senhor presidente, prende-se ao fato de que o Confaz, ontem, reunido em Brasília, resolveu por bem se louvar em um parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional e do Ministério Público Estadual, para ver se a questão da multa e juros, que é um dos artigos do nosso projeto, que contempla os devedores de ICMS até 31.12.99, da isenção dessa multa e juros é saber se a retirada da multa e juros da dívida do ICMS, possam parecer ou serem classificadas como renúncia fiscal.

Além de responsabilidade fiscal ou civil, de nº 101/2000, com mais de 60 artigos, é uma lei rígida e que apregoa em todos os seus princípios, que não pode haver renúncia fiscal. A renúncia fiscal ou a anistia é crime e, como tal, a autoridade que o praticar, receberá sanções e sanções até ao ponto de prisão.

O Confaz resolveu por bem, aguardar um parecer, como já disse, da Procuradoria da Fazenda e do Min-

istério Público, para ver como é que se entende, se a multa e os juros fazem parte de renúncia fiscal ou não.

Esse parecer será dado até o dia 15.07 e, portanto, o nosso projeto deverá voltar somente no início de agosto, com o substitutivo da Fazenda Pública ou da Receita Estadual. Estamos torcendo para que a multa e os juros não se caracterizem como renúncia fiscal. Porque, na verdade, a multa, hoje, em muitos casos, é tão pesada quanto a dívida do ICMS.

Nós que temos aqui, no Paraná, mais de 77 mil empresas que estão em dívida ativa e outras tantas em dificuldade, junto à Receita Estadual - hoje víamos uma reportagem de um grande jornal, aqui, de Curitiba, a Gazeta do Povo, que tratou dos 100 maiores devedores. Esta relação foi fornecida pelo Tribunal de Contas e esses 100 maiores devedores somam um total de 713 milhões de reais.

Vejam os senhores a importância que o imposto e o ICMS têm no recebível da Receita Estadual. Certa de 500 milhões de reais são saneados, hoje, no Estado do Paraná - essa é uma afirmação do nosso secretário da Fazenda, Giovanni Gionédís. O Paraná recebe em torno de 2,5 bilhões de reais, por mês, então 20% corresponde a sonegação.

Nós, considerando a importância da educação tributária, da conscientização do paranaense ou do brasileiro, em relação aos impostos, ao conhecimento do que é um tributo e a sua importância ou o pagamento de um tributo, o que vem a ser isso, o que vem o ser o imposto - pretendemos apresentar nesta Casa, no início do segundo semestre, um projeto de lei que institui o Ensino Fundamental no Ensino Médio, uma matéria que trata sobre a educação de tributos. É preciso que tenhamos essa consciência desde o início, em que tomamos os primeiros conhecimentos dos nossos deveres e obrigações e que devemos saber que o imposto é uma alavanca de desenvolvimento e da justiça social.

Concedo um aparte ao nobre companheiro, deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Braz Palma, Vossa Excelência se lembra que quando este projeto veio a Plenário, em 1ª Discussão e Votação, recebeu naquela oportunidade, considerações veementes e algumas delas até contrárias, do nosso eminente deputado Caíto Quintana?

Depois disso já tivemos oportunidade de conversar com Vossa Excelência algumas vezes acerca do projeto. E não só com Vossa Excelência. Tivemos oportunidade e conversar com o doutor Meneguetti, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, pessoas que estão, efetivamente, empenhadas e interessadas, na tramitação e conseqüentemente na aprovação deste programa proposto por Vossa Excelência.

Eu, pessoalmente, quero dizer que me agrada muito a idéia proposta por Vossa Excelência, tenho também ressalvadas, e já as fiz pessoalmente porque entendo

que neste momento que estamos atravessando, de grandes dificuldades, do ponto de vista da arrecadação, e ontem, neste Plenário, o secretário Miguel Salomão, fez aqui um brilhante pronunciamento, mostrando as perdas que o Paraná tem todos os anos, superando 500 milhões em sua arrecadação. Isso justamente porque alguns mecanismos legais e constitucionais permitem, de um lado a elisão fiscal, quer dizer que se sonegue este imposto, que se desvie, via jurídica, estes impostos. E outros até por via constitucional, que é a imunidade tributária.

E entendemos que ao propor este programa estadual de recomposição de passivos fiscais, que o façamos mas sem abrir mão de receitas que são devidas, que são fonte de tranquilidade e de receita para o Estado. É lógico que algumas coisas poderão ser eliminadas, nessa recomposição dos passivos, mas jamais propiciar a anistia, vamos dizer assim, a perda de arrecadação, que está fazendo falta inclusive para que possamos recompor os salários do Estado, para que possamos ver obras, em andamento, retomadas.

Tem Vossa Excelência o nosso apoio a esta proposta que faz mas gostaríamos de sentar e discutir o substitutivo que virá a ser proposto para que neste Plenário possamos votar a favor daquilo que entendemos que é uma idéia interessante.

O Sr. Divanir Braz Palma

Agradeço o aparte do nobre deputado Orlando Pessuti, e dizer que a vossa preocupação também é a nossa preocupação, por isso estamos acompanhando, a quatro mãos, este trabalho, junto com o secretário Giovanni Gionédís, com o doutor João Lucena. Porque nós, claro, como deputado, e tenho certeza que todos os deputados aqui têm esta preocupação, não podemos dar exemplos para os maus pagadores, não podemos estimular os sonegadores, agora, precisamos ter a consciência social que a carga tributária no Paraná e no Brasil corresponde a 32% do PIB Nacional. Nós sabemos hoje que estas empresas que estão em dificuldade, estão porque foram atropeladas por esses compromissos. E o ICM's, como já dissemos aqui, é um imposto, em parte, indevido. Na hora que o comerciante vende a prazo, ele emite uma nota fiscal, e já recolhe o ICM's e nem sempre ele recebe a fatura. Então nós estamos conscientes disso, que precisamos fazer um REFIS Paraná, que venha fazer com que o devedor possa ter condições de recompor os seus passivos, de recompor a sua vida dentro da sociedade, como empresário, como contribuinte, e com isso nós estaremos salvando empresas, salvando empregos e gerando recebíveis para o Estado, que hoje, os números estão aí dizendo, 20% nós não conseguimos receber. Grandes empresas não pagam, pequenas empresas não pagam e nós precisamos separar o joio do trigo, quem não paga porque não quer, quem não paga porque não pode, e o REFIS vai contemplar justamente isso. Em agosto voltaremos a tratar dessa matéria porque entendemos que os contribuintes que podem pagar em par-

celamento em até 10 anos, paguem e voltem a trabalhar e gerar riqueza e emprego ao Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda do Horário das Lideranças. PTB, PFL, PSDB.

(**Declinam**)

No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Alguns dias atrás verificamos o balancete publicado pela Copel. Aquela empresa pública teve um lucro no ano passado de 300 milhões de reais.

A Copel é uma empresa eficiente, modelo e orgulho para o povo do Paraná. Nesse sentido é que sempre nos colocamos aqui contrário à venda dessa empresa pública.

Mas de lá para cá, algumas notícias na imprensa do Paraná nos trazem preocupação. Ontem os jornais disseram que vamos ter um aumento da energia elétrica a partir de sábado de 15,43%, acima do índice de inflação do período.

Sabemos que a população do Brasil, do Paraná, vive problemas absurdos em relação à crise econômica que nos persegue dia-a-dia. E entendemos que o governador do Paraná não poderia permitir esse aumento. O mais agravante é que quem está pagando o aumento são os consumidores de baixa renda, demonstrando a total insensibilidade desse governo que aí está.

Vejamos os dados: de 1995 para cá houve um aumento para os consumidores de baixa renda, de 319%, que consomem até 160KW que é o índice para quem quer utilizar desse benefício de baixa renda. O Estado de São Paulo é de 220KW, portanto bem maior do que o nosso Estado. É exatamente para os mais sacrificados, os mais pobres que o governo Jaime Lerner dá um aumento maior na energia elétrica.

Quem gasta até 140KW de energia elétrica no Paraná, paga 24,93 reais. Quem gasta 400KW no Paraná, paga 79 reais. Em São Paulo com consumo de 140 kw, paga 16 reais, quase a metade que no Paraná se cobra desta faixa etária das pessoas desprotegidas pela sorte.

Por isso o nosso inconformismo, com mais esse aumento da energia elétrica no Estado do Paraná. Não é só energia elétrica que se aumenta no nosso Estado, é a água, o IPVA, o IPTU, são todos os impostos da alçada do governo do Estado que se aumenta abusivamente. Aqui impiedosamente se consegue um aumento maior para quem sofre mais inversamente do que deveria ocorrer, porque quem deveria ter um aumento maior seriam as pessoas que têm condições de pagar e não as pessoas sofridas, desempregadas, que lutam dia após dia para poder continuar sobrevivendo.

O governo Jaime Lerner, insensível, não se compadece do sofrimento e da tristeza das pessoas e concede aumento diferenciado exatamente para quem mais sofre.

A partir da zero hora do sábado, o povo do Paraná terá um presente de grego, 15,43% de aumento na energia elétrica do nosso Estado, fazendo com que a nossa população continue sem ver a luz no fim do túnel.

Diariamente notícias desastrosas produzidas pelo Palácio Iguazu fazem com que o tormento e a dificuldade se avolumem.

Concedo aparte ao deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Apenas para cumprimentar Vossa Excelência e dizer que o Estado do Paraná tem uma das empresas mais eficientes da América Latina e já exporta know how para os Estados Unidos, África do Sul, China, construção de barragens e distribuição de energia elétrica e controle de produção e distribuição. Estamos perdendo isso.

Além de que, nenhum benefício para os paranaenses. Se o Paraná está perdendo ICMS para São Paulo, o governo Jaime Lerner, com a política de privatização da Copel, trará um prejuízo bem maior do que estamos tendo com a perda do ICMS.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte e ênfase que enquanto o governo federal aumenta o salário mínimo em 16 reais, passando de 135, para 151 reais, isso representa 10%, 12% de aumento, fazendo com que a situação da população sofrida do nosso Estado e do Brasil inteiro a cada dia que passa, se torne insustentável aqui no Paraná.

Essa empresa de energia elétrica que anuncia 300 milhões de faturamento, de lucro, conceda um aumento maior do Brasil.

O maior aumento de todas as concessionárias de energia elétrica do Brasil, foi concedido à Copel, empresa de energia pública do Estado do Paraná.

Aí poderemos compreender porque a Copel tem um faturamento de 300 milhões. Ela, na verdade, cobra caro pelo serviço que presta, muito mais que as outras empresas de energia elétrica do País. Tem sede de dinheiro, é por isso que pode comprar 45% das ações do Sercomtel, se transformando nesse escândalo que a todos nós envergonha, que já determinou a cassação do Prefeito da segunda maior cidade do Paraná.

Por isso é que a Copel tem dinheiro para fazer investimentos na usina Eólica do Paraná, gastando 7 milhões de reais em Palmas. Estão lá as cinco torres, que era para ser 500, e até agora não passaram de cinco. Lógico, é uma empresa gananciosa, que cobra bem, sobretudo das pessoas que sofrem, daquelas que não conseguem viver dignamente, daquelas que têm que dar duro, sofrer para poder dar continuidade nas suas vidas.

Por isso fica aqui o nosso inconformismo com esse aumento abusivo, que a partir das zero hora do sábado o

povo do Paraná terá que arcar, de novo, em função - no nosso entendimento - de pensamentos errados, de propósitos desajustados, de encaminhamentos equivocados do governo e das pessoas que, infelizmente, governam o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, com apoioamento dos senhores deputados Luiz Carlos Martins, Fernando Ribas Carli, Beto Richa e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da sessão plenária do dia 28 do corrente mês, em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 116/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 010/2000, que substituiu a Mensagem nº 008/2000 e que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná, para o exercício de 2001. **Recebido na forma do artigo 107 § 2º, do Regimento Interno.**

Requerimento de autoria dos senhores deputados Augustinho Zucchi e Ademar Traiano, com apoioamento dos senhores deputados Renato Gaucho, Beto Richa, Algaci Tulio e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a inclusão da Emenda ao Projeto de Lei nº 091/2000, de suas autorias, na pauta da convocação de transformação do Plenário em Comissão Geral, marcada para dia 28 do corrente mês, visando urgência na aprovação do projeto que autoriza o Poder Executivo a realizar a demarcação topográfica e posterior regularização dos imóveis rurais na faixa

de fronteira. **Recebido na forma do artigo 107 § 2º, do Regimento Interno.**

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/98, de autoria do deputado Cesar Seleme, que dispõe sobre prevenção da Fibrose Cística e atendimento aos portadores de Mucoviscidose. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM SUBSTITUTIVO DA C.S.P..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 063/98

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar provas para diagnóstico precoce da Fibrose Cística, da Fenilcetonúria e do Hipotireoidismo, em todas as crianças nascidas no Estado, bem como, fornecer os medicamentos adequados para o respectivo tratamento.

Art. 2º - A permanente disponibilidade de estoque, a distribuição, a utilização e a armazenagem dos medicamentos, bem como, a pesquisa de novas terapias e medicamentos e promoção de campanhas de esclarecimento e divulgação das doenças de que trata esta lei, serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo.

Art. 3º - Fica mantido o “Dia Estadual da Fibrose Cística (Mucoviscidose)”, no dia 05 de setembro de cada ano.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) CESAR SELEME

Apoioamento:

Antonio Annibelli, Luiz Carlos Zuk, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 589/99, de autoria dos deputados Algaci Tulio e Nelson Justus, autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Guaratuba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., S.P. E C.D.H.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, autoriza o Poder Executivo a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família com sede em Dois Vizinhos e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.D.H..**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 005/2000**

O artigo 2º, do Projeto de Lei nº 005/2000, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Além do município sede, ficam jurisdicionados ao núcleo de Dois Vizinhos os municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Verê e São Jorge D'Oeste.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, José Maria Ferreira.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, autoriza o Poder Executivo a realizar a demarcação topográfica e posterior regularização dos imóveis rurais pertencentes a faixa de fronteira. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. COM EMENDA DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria dos senhores deputados Augustinho Zucchi e Ademar Traiano, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
PROJETO DE LEI Nº 091/2000**

“§ 2º - Os detentores de títulos de alienação ou concessão de que trata o artigo 1º, com lotes de até 4 módulos fiscais, independentemente do número de propriedades que detém, terão isenção das Taxas Cartoriais do Registro de Imóveis.”

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a adotar mecanismos através dos órgãos competentes a iniciar as demarcações topográficas e posteriores regularizações de que tratam o disposto no artigo anterior.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI
ADEMAR TRAIANO

Apoioamento:

Cesar Seleme, Divanir Braz Palma e 1 ilegível.

O projeto retorna à C.C.J.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/2000, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a alterar a Lei nº 7.747 de 18 de outubro de 1983. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 143/2000, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito - Roubo de Cargas, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que institui deveres fundamentais, a Ética e Decoro Parlamentar e a Corregedoria Parlamentar no Poder Legislativo do Estado. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA.**

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, devidamente apoiado, e ainda Emenda Supressiva de Plenário de nº 02, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/2000**

Capítulo I**Dos Deveres Fundamentais do Deputado**

Art. 1º - No exercício do mandato, o deputado atenderá as prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 2º - São deveres fundamentais do deputado:

I - promover a defesa dos interesses populares e estadual;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

IV - apresentar-se durante as Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias e participar das Sessões de Plenário e das Reuniões de Comissão de que seja membro.

Capítulo II

Das Vedações Constitucionais

Art. 3º - É expressamente vedado ao deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes (Constituição Estadual, artigo 58, inciso I, alínea “a”);

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior (Constituição Estadual, artigo 58, inciso I, alínea “b”).

II - Desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada (Constituição Estadual, artigo 58, inciso I, alínea “a”);

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo (Constituição Estadual, artigo 58, II, alínea “d”).

Capítulo III

Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 4º - É, ainda, vedado ao deputado:

I - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

§ 1º - É permitido ao deputado, bem como seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras.

Art. 5º - Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembléia Legislativa (Constituição Estadual, artigo 59, § 1º);

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos

econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes.

Parágrafo Único - Incluem-se entre as irregularidades graves, para fins deste artigo:

I - a atribuição de dotação orçamentária, sob a forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições das quais participe o deputado, seu cônjuge, companheira ou parente, de um ou outro, até o terceiro grau, bem como pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada, ou ainda, que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente as suas finalidades estatutárias;

II - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

Capítulo IV

Das Declarações Públicas Obrigatórias

Art. 6º - O deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar as seguintes declarações obrigatórias periódicas, para fins de ampla divulgação e publicidade:

I - ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura: Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior a sua remuneração mensal como deputado;

II - até o trigésimo dia seguinte ao encerramento de prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda das pessoas físicas: cópia da declaração de Imposto de Renda do deputado e do seu cônjuge ou companheira;

III - ao assumir o mandato e ao ser indicado membro de Comissão Permanente ou Temporária da Casa: Declaração de Atividades Econômicas ou Profissionais, atuais ou anteriores, ainda que delas se encontre transitariamente afastado, com a respectiva remuneração ou rendimento, inclusive quaisquer pagamentos que continuem a ser efetuados por antigo empregador,

IV - durante o exercício do mandato, em comissão ou em Plenário, ao iniciar-se a apreciação da matéria que envolva diretamente seus interesses patrimoniais: Declaração de Interesse, em que, a seu exclusivo critério, declara-se impedido de participar ou explicita as razões pelas quais, a seu juízo, entenda como legítima sua participação na discussão e votação.

§ 1º - Caberá ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar diligenciar para publicação e divulgação das

declarações referidas neste artigo, pelo menos nos seguintes:

I - no órgão de publicação oficial - onde será feita sua publicação integral;

II - em um jornal diário de grande circulação no Estado em forma de aviso resumido da publicação feita no órgão oficial.

Capítulo V

Das Medidas Disciplinares

Art. 7º - As medidas disciplinares são:

- a) advertência;
- b) censura;
- c) perda temporária do exercício do mandato;
- d) perda do mandato.

Art. 8º - A advertência é medida disciplinar de competência do presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão.

Art. 9º - A censura será verbal ou escrita

§ 1º - A censura verbal será aplicada pelo presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao deputado que:

I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do Regimento Interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da Casa;

III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembléia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos presidentes.

Art. 10 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno ou deste código, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 6º;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberação que a Assembléia Legislativa ou comissão haja resolvido devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, à terça parte das sessões, dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

Art. 11 - Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no artigo 3º desta resolução e artigo 58 da Constituição Estadual;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 4º e 5º desta resolução e artigo 58 da Constituição Estadual;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do artigo 59 da Constituição Estadual.

Capítulo VI

Do Processo Disciplinar

Art. 12 - A sanção de que trata o artigo 10 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria simples, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 14 e 15, excetuada a hipótese do Parágrafo Único deste artigo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração ao inciso V do artigo 10, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 13 - A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 14 e 15 desta resolução e artigo 59, § 2º da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração aos incisos III, IV e V do artigo 59, § 3º da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso o princípio da ampla defesa.

Art. 14 - Oferecida representação contra deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou a pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do artigo 17, quando o processo tem origem no conselho.

Art. 15 - Recebida a representação, o conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o presidente do conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não, a comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao deputado, que terá o prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o presidente do conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias da Assembleia Legislativa, salvo na hipótese do artigo 19, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o projeto de resolução apropriado para a declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias;

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo de encaminhamento à Mesa da Assembleia Legislativa e, uma vez lido no expediente, será publicado no Diário da Assembleia Legislativa e distribuído em avulsos para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 16 - É facultado ao deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 17 - Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por deputado, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste código.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providências as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos artigos 8º e 9º, o conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos artigos 10 e 11, procederá na forma do artigo 15.

§ 4º - Poderá o conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao deputado.

Art. 18 - Quando um deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância,

de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao presidente da Assembleia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 19 - As apurações de fatos e responsabilidade previstos neste código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembleia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste capítulo.

Art. 20 - O processo disciplinar regulamentado neste código não será interrompido pela renúncia do deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 21 - Quando, em razão das matérias reguladas neste código, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

Capítulo VII

Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 22 - Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo.

Art. 23 - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quanto possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§ 1º - Os Líderes Partidários submeterão à Mesa os nomes dos deputados que pretenderem indicar para integrar o conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo Partido ou Bloco Parlamentar.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos dos incisos I, II e III do artigo 6º.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e Anais da Assembleia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 8º e 11, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do conselho.

Art. 24 - Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e a ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões, inclusive no que diz respeito a eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º - Os membros do conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, observar a discricção e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões, durante a sessão legislativa.

Art. 25 - O corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

Capítulo VIII

Dispõe Sobre a Corregedoria Parlamentar

Art. 26 - Fica criada a Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída de 1 (um) corregedor e 2 (dois) corregedores substitutos, os quais serão eleitos na forma pela qual o são os demais membros da Comissão Executiva.

Art. 27 - Compete ao corregedor ou corregedor substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa;

III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo deputados;

Art. 28 - O corregedor poderá, observado os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar providimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 29 - Compete aos corregedores substitutos substituírem o corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de procedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 30 - Em caso de delito cometido por deputado no Centro Legislativo Presidente Anibal Khury, caberá ao corregedor, ou corregedor substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º - Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º - O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º - Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembléia Legislativa, designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º - O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º - Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao presidente da Assembléia Legislativa, atendendo-se, nesta hipótese, ao previsto no artigo 57, § 3º, da Constituição Estadual.

Capítulo IX

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 31 - O Orçamento Anual da Assembléia consignará dotação específica, com os recursos necessários à publicação das Declarações Obrigatórias previstas no artigo 6º.

Art. 32 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Caíto Quintana, Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti e Chico Noroeste.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO Nº 02

Art. 12 - Onde se lê:

“Escrutínio secreto por maioria simples”

Leia-se:

“Escrutínio secreto por 2/3 (dois terços) da composição da assembléia”.

Sala das Sessões, em 27.06.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Miltinho Puppio, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Algaci Tulio.

O projeto retorna à Comissão Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 1256 a 1259, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1260 a 1262 e 1268, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1264, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1266 e 1272, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1267, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1270, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1277 a 1279, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria legislativa.

Requerimentos nºs 1273 e 1274, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1275, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermes da Fonseca com discussão adiada, solicitando encaminhamento de ofício ao secretário da Casa Civil e ao presidente da Sanepar. Informações sobre a venda de ações da Sanepar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente gostaria de requerer a Vossa Excelência para adiarmos para o dia de amanhã a votação desse requerimento devido a ausência do deputado Hermes, porque já obtive as informações.

Como ele não está em Plenário, poderíamos deixar para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

A Presidência anuncia o convite do deputado Basílio Zanusso para a reunião da C.C.J. para logo após o encerramento desta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 585/99, 023, 075 e 163/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 568/99, 091/2000;
e do Projeto de Resolução nº 012/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 404/99, 089, 116, 115, 185/2000;
e do Projeto de Resolução nº 015/2000.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE JUNHO DE 2000.

“Fora do Eixo”

Jornal da Manhã

“Em nenhum outro município do Paraná o sucesso do programa de industrialização fruto de ação combinada entre os governos do Estado e do município é tão visível quanto aqui”

“Houve um tempo em que Ponta Grossa estava situada estrategicamente fora do eixo político. Embora as lideranças do Norte e do Oeste fossem obrigadas, por mera contingência rodoviária, a transitar por território princesino, quando em viagem a Curitiba, a cidade não era nem opção de descanso. Depois disso, com as brigas sucessivas e muitas reclamações, a cidade passou a ocupar um lugar menos obscuro. Foi transformada, à custa de muito trabalho e de alguma sorte, em vitrine. Em nenhum outro município do Paraná o sucesso do programa de industrialização fruto de ação combinada entre os governos do Estado e do município é tão visível quanto aqui. Em nenhuma outra cidade o parque industrial tem um crescimento tão evidente, como ampla vitrine instalada nos dois lados da BR-376.

Circunstâncias políticas adversas, que tiveram seu desfecho exatamente numa indústria situada à margem dessa rodovia, tiraram da cidade até isso. Depois este JM mostrou uma chusma de situações desfavorecidas ou francamente prejudicadas. Foi o corte das obras de contorno rodoviário, antes previstas no cronograma do Anel de Integração uma delas. Depois foi a exclusão do trecho princesino das prioridades na duplicação daquela rodovia, nossa velha conhecida. O trabalho, como o JM mostrou, vai começar na outra ponta. A seguir foi mostrado como é possível atender a programas de combate à violência e reequipamento da polícia em várias regiões, excluindo Ponta Grossa. É sabido e cientificado que a cidade está fora do programa de distribuição de viaturas e equipamentos.

Algo virá, alega o governo, mas ninguém sabe exatamente quando nem, o que é pior, quanto.

Também foi destacado o episódio da pavimentação asfáltica entre o distrito de Guaragi e Teixeira Soares. A obra, com assinatura inconfundível do partido do governador, com firma reconhecida aqui e em Curitiba, parece encantada. Não há meios de ser retomada e concluída!

Agora, como a coroar um período nada auspicioso para a cidade, este matutino apura que Ponta Grossa foi deixada novamente de lado, desta feita do programa de desfavelamento que a Companhia de Habitação do Estado vem desenvolvendo em várias regiões.

Como se aqui não existissem favelas nem a necessidade premente de resolver tal problema, garantindo dignidade às moradias de nossos concidadãos menos afortunados.

Voltamos, ao que indicam tantos exemplos, a ficar fora do eixo. Do poder estamos há décadas, e assim continuaremos. Só não podemos ficar fora do Paraná que é visto na TV, tão colorido, humano, justo e progressista.”

Ato da Diretoria Geral:

Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no Artigo 14 da Lei 12825 de 28 de dezembro de 1999.

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 019/2000 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei 12825 de 28 de dezembro de 1999, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Valor
33903600	2000	150.000,00
TOTAL		150.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Valor
33901400	2000	50.000,00
33903300	2000	100.000,00
TOTAL		150.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.06.2000.

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

Deputado HERMAS BRANDÃO
Primeiro Secretário